

**CONTRATO CEDAE Nº 022/2018 (DG)**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e a **ELETRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP**, na forma abaixo:

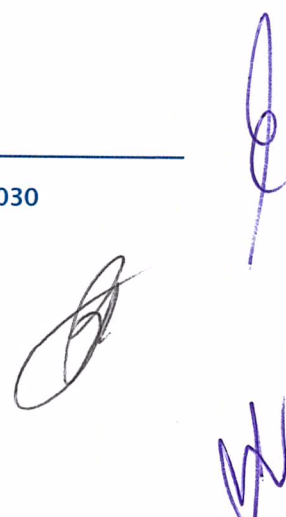
**A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, seu Diretor Presidente, **JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD** e seu Diretor de Produção e Grande Operação, **EDES FERNANDES DE OLIVEIRA**, doravante denominada **CEDAE** e a empresa, **ELETRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP**, situada na Avenida Palmeira, nº 18, Conjunto 201, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-300 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.495.946/0001-69, representada neste ato por seu sócio administrador **JEREMIAS WOLFF**, inscrito sob o número de CPF:000.811.430-79, e RG nº 8078930093, expedida peça SJS/RS, residente na Avenida Mariland, nº 1476, apt. 201, Bairro Mont Serrat, Porto Alegre/RS, CEP 90440-190, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº E-17/100.031/2014, relativo à Licitação TP nº 101/2017 ASL-1.1 justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a execução do **"ESTUDO DE CURTO-CIRCUITO, SELETIVIDADE, CALIBRAÇÃO E AJUSTE DOS RELÉS DE PROTEÇÃO DO COMPLEXO DA ETA GUANDU E DA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO"**, conforme detalhado no Anexo V - Estimativa Orçamentária - do Edital de Licitação.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/ SERVIÇOS	QUANT (UN)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>1</b>	<b>Estudo de Curto-Circuito, Seletividade, Calibração e Ajustes os Relés da ETA Guandú.</b>			<b>492.389,62</b>
01.01	Levantamento de Dados dos Equipamentos em Campo.	01	188.127,00	188.127,00
01.02	Estudo de Curto-Circuito.	01	32.317,82	32.317,82
01.03	Estudo de Seletividade.	01	96.953,47	96.953,47
01.04	Ensaio após os estudos de curto-circuito.	01	78.037,85	78.037,85
01.05	Calibração dos Relés de Proteção.	01	61.403,87	61.403,87
01.06	Ajustes dos Relés de Proteção.	01	35.549,61	35.549,61
<b>2</b>	<b>Estudo de Curto-Circuito, Seletividade, Calibração e Ajustes dos Relés de Proteção da Elev. Lameirão.</b>			<b>391.681,28</b>
02.01	Levantamento de Dados dos Equipamentos em Campo.	01	152.054,31	152.054,31
02.02	Estudo de Curto Circuito.	01	24.238,37	24.238,37
02.03	Estudo de Seletividade.	01	88.874,02	88.874,02
02.04	Ensaio após os estudos de curto-circuito.	01	57.031,26	57.031,26
02.05	Calibração dos Relés de Proteção.	01	40.397,28	40.397,28
02.06	Ajustes dos Relés de Proteção.	01	29.086,04	29.086,04
				<b>884.070,90</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 2.1. Os serviços ora contratados deverão estar concluídos no Prazo de **90 (noventa) dias corridos**.
- 2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br







- 2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.
- 2.4. A ocorrência de condições que possam vir a ocasionar a prorrogação do prazo de execução do objeto na forma como estipulado no cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA, serão apreciadas pela Comissão de Fiscalização que se pronunciará a respeito, podendo alterá-lo quando verificada qualquer das hipóteses ensejadoras do art. 57, §1º da Lei 8.666/93. Neste caso, tais alterações promovidas no prazo de execução não serão consideradas como inadimplemento contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

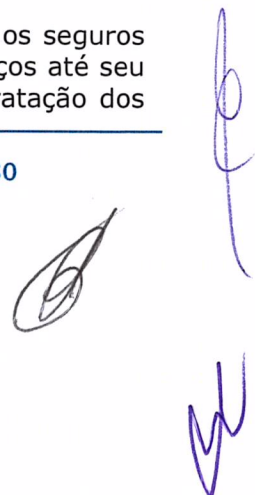
- 3.1. Constituem obrigações da CEDAE:
- a - efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato;
  - b - emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
  - c - fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir ligados ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- a - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
  - b - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da CEDAE, tomando delas expresse conhecimento;
  - c - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
  - d - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE;
  - e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



- seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a CEDAE solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
  - g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da CEDAE, relacionadas com o objeto deste Contrato;
  - h - manter a CEDAE informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
  - i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à CEDAE, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à CONTRATADA assista direito a indenização;
  - j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da CEDAE;
  - l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela CEDAE;
  - m - prestar, sem ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
  - n - submeter à prévia aprovação da CEDAE qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
  - o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos;
  - p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
  - q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação dos serviços em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.
  - r - Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.





- s - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.
- t - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
  - II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
  - III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
  - IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

- 5.1. É facultado à CEDAE exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.
- 5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da CEDAE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.
- 5.3. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "t", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

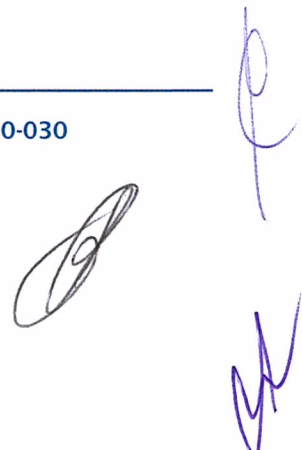
#### **CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 33.90.39.82  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110304  
Centro de Custos: DG00010000  
Id da Reserva Orçamentária: 2018000054



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
[www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



- 6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

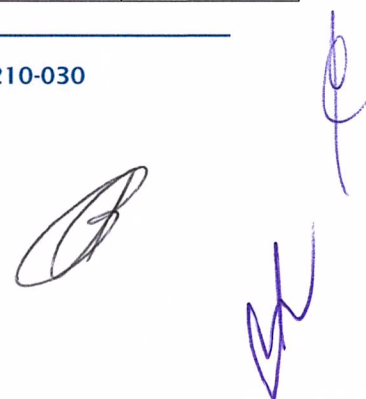
#### CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços ora contratados, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 884.070,90 (oitocentos e oitenta e quatro mil, setenta reais e noventa centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/ SERVIÇOS	QUANT (UN)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>1</b>	<b>Estudo de Curto-Circuito, Seletividade, Calibração e Ajustes os Relés da ETA Guandú.</b>			<b>492.389,62</b>
01.01	Levantamento de Dados dos Equipamentos em Campo.	01	188.127,00	188.127,00
01.02	Estudo de Curto-Circuito.	01	32.317,82	32.317,82
01.03	Estudo de Seletividade.	01	96.953,47	96.953,47
01.04	Ensaio após os estudos de curto-circuito.	01	78.037,85	78.037,85
01.05	Calibração dos Relés de Proteção.	01	61.403,87	61.403,87
01.06	Ajustes dos Relés de Proteção.	01	35.549,61	35.549,61
<b>2</b>	<b>Estudo de Curto-Circuito, Seletividade, Calibração e Ajustes dos Relés de Proteção da Elev. Lameirão.</b>			<b>391.681,28</b>
02.01	Levantamento de Dados dos Equipamentos em Campo.	01	152.054,31	152.054,31
02.02	Estudo de Curto Circuito.	01	24.238,37	24.238,37
02.03	Estudo de Seletividade.	01	88.874,02	88.874,02
02.04	Ensaio após os estudos de curto-circuito.	01	57.031,26	57.031,26
02.05	Calibração dos Relés de Proteção.	01	40.397,28	40.397,28
02.06	Ajustes dos Relés de Proteção.	01	29.086,04	29.086,04



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br

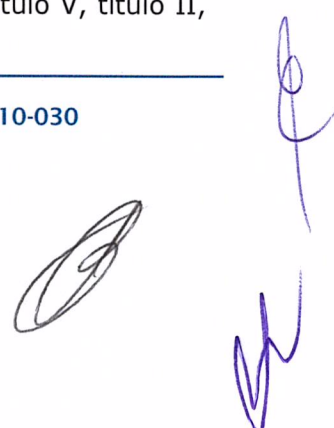


- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a CONTRATADA por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. A CEDAE poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.
- 7.3.1 Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços ofertados.
- 7.4. A CONTRATADA se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até os limites nela estabelecidos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

- 8.1. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CEDAE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.
- 8.2. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.





8.3. A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

8.4. A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

8.5. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos subitens 8.3 e 8.4 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

8.6. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

8.7. No caso do subitem 8.6., será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

9.1. As obras ou serviços objeto deste Contrato serão executadas(os) sob a direção e responsabilidade técnica do Eng.º JEREMIAS WOLFF, CPF nº 000.811.430-79,



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





CREA nº 167370, e do Eng.º EUGEN ROMEO LAWALL, CPF nº 006.746.560-91, CREA nº RS007213, que ficam autorizados a representar a CONTRATADA, em suas relações com a CEDAE, em matéria de serviço.

- 9.2. A CONTRATADA obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CEDAE.
- 9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados devem figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 da Cláusula Décima deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da CEDAE, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.
- 10.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da CEDAE, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.
- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela CONTRATADA, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".
- 10.2.1. No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no subitem 8.3. da cláusula oitava.
- 10.2.2. A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Comissão de Fiscalização., sito na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no subitem 8.3 da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste subitem.

- 10.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a CONTRATADA, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.
- 10.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 10.5. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATADA fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprová-la ou devolvê-la.
  - 10.6.1. No caso de a Fiscalização encontrar erros na fatura feita pela CONTRATADA, esta fatura lhe será devolvida para sua reapresentação.
- 10.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.
- 10.8. A CEDAE não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.9. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela CONTRATADA, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA dos serviços.
- 10.10. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela CONTRATADA, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
  - 10.10.1. Para efeito do subitem anterior a CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.





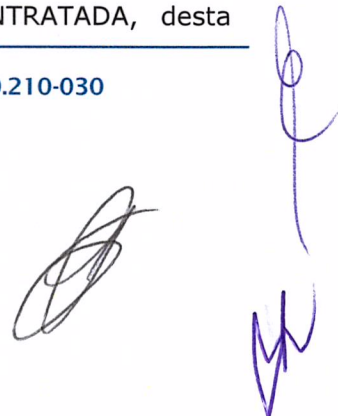
- 10.11. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.
- 10.12. A CEDAE, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da CONTRATADA para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.
- 10.13. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "t", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIAS**

- 11.1. Como garantia do Contrato e da boa execução dos serviços em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a CONTRATADA depositou na Conta da CEDAE em 06/02/2018, a importância de R\$ 44.203,50 (quarenta e quatro mil, duzentos e três reais e cinquenta centavos) que corresponde a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 492, 493.
- 11.2. Sempre que se fizer necessário, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 5% (*cinco por cento*) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.
- 11.3. A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da CEDAE, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA e após a aceitação definitiva dos serviços pela Fiscalização da CEDAE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 12.1. A realização dos serviços, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da CONTRATADA, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).
- 12.2. A CEDAE poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela CONTRATADA, desta



determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela CEDAE, desde que tecnicamente aceitos.

- 12.3. A CEDAE poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a CONTRATADA não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à CONTRATADA direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 12.4. As Ordens de Execução emitidas pela CEDAE e aceitas pela CONTRATADA ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.
- 12.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da CONTRATADA deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da CEDAE.
- 12.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da CEDAE na execução dos serviços.
- 12.7. Na execução dos serviços objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, **medição** de serviços e normas técnicas.
- 12.8. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.
- 12.9. A CONTRATADA se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à CEDAE, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.
- 12.10. A CONTRATADA se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.10.1. Todos os empregados da CONTRATADA e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais





empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

- 12.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.
- 12.11.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela CONTRATADA, após a verificação da Fiscalização da CEDAE, serão pagos à CONTRATADA, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.
- 12.12. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a CONTRATADA à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.
- 12.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à CONTRATADA, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a CONTRATADA arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 12.14. A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 12.15. A CONTRATADA se obriga a cooperar com outras contratadas da CEDAE, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.
- 12.16. A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a CONTRATADA a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela CONTRATADA, das plantas e desenhos relativos aos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da CEDAE.
- 12.17. A aceitação provisória dos serviços será promovida pela CEDAE, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as Cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da CONTRATADA, informando a conclusão dos serviços.



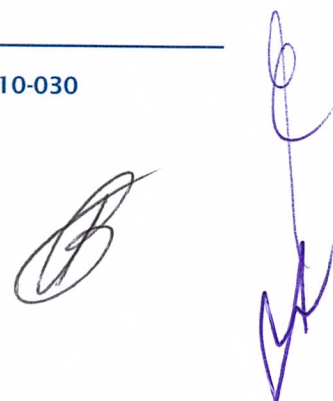


- 12.17.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.
- 12.17.2. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:
- 12.17.2.1. A empresa contratada deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.
- 12.17.2.2. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à CEDAE juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 12.17.2.3. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- 12.17.2.4. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.
- 12.17.2.5. Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.
- 12.17.2.6. Representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.





- 12.17.2.7. De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.
- 12.17.2.8. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- 12.17.2.9. Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, **exceto na última etapa/parcela**, deverão ser registradas no processo.
- 12.18. A aceitação definitiva dos serviços será promovida pela CEDAE mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, até 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da CONTRATADA as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.
- 12.18.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá tomar as seguintes providências:
- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
  - b) Revisar todos os acabamentos;
  - c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
  - d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
  - e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;



- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.
- 12.18.2. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.
- 12.18.3. De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.
- 12.18.4. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à CEDAE a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.
- 12.18.5. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.
- 12.18.6. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.
- 12.18.7. A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO**

- 13.1. A CONTRATADA não poderá, no todo ou em parte, subcontratar suas obrigações ou, no todo ou em parte, ceder a terceiros o presente Contrato, sem a prévia autorização da CEDAE, por escrito.
- 13.2. A autorização de subcontratação concedida pela CEDAE não eximirá à CONTRATADA da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.





**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:
- a) advertência;
  - b) multa administrativa;
  - c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 14.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.
- 14.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.
- 14.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- 14.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 15.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- 14.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.
- 14.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1, observará o seguinte:
- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;



- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
  - c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
  - d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
  - e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- 14.5. Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos subitens 8.3 e 8.4 da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.
- 14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, observará o seguinte:
- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
  - a) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
  - c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no subitem 8.7, da cláusula oitava.
- 14.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.
- 14.7.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.



14.9. Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 14.1, e no subitem 14.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.9.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.10. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

14.10.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.10.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.10.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.12. Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO**

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.



- 15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.
- 15.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.
- 15.4. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

- 16.1. Se a CONTRATADA ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da CEDAE e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a CONTRATADA ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a CEDAE remunerá-las.
- 16.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

- 17.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.
- 17.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida





judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS**

- 18.1. A CONTRATADA será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 19.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 5 (cinco) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FACULDADE DE USO**

- 20.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da CEDAE no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a CEDAE exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

- 21.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 21.2. Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

- 22.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação.
- 22.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela CONTRATADA serão propriedade da CEDAE e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 23.2. À CONTRATADA é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da CEDAE.
- 23.3. A CONTRATADA providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- 23.4. A CEDAE não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a CONTRATADA, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução dos serviços de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a CONTRATADA será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.
- 23.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CASOS OMISSOS**

- 24.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.





**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO**

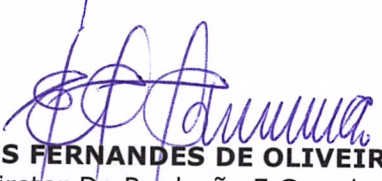
25.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

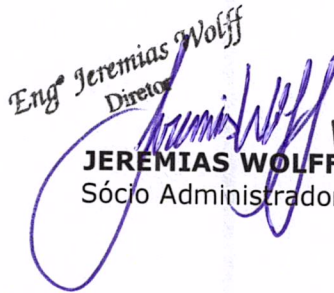
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

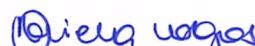
  
**EDES FERNANDES DE OLIVEIRA**  
Diretor De Produção E Grande  
Operação

Pela **CONTRATADA**:

  
Engº Jeremias Wolff  
Diretor  
**JEREMIAS WOLFF**  
Sócio Administrador

**Electric Consultoria e Serviços S.S.**  
**90.495.946/0001-69**

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_

Contr- ELETRIC- CONSULTORIA- estudos de curto-circuito-TP-1001-2017



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO DIRETOR  
DESPACHOS DO CONSELHO DIRETOR  
DE 01.03.2018

**PROCESSO Nº E-07/503827/2010 - D'angelos Areal LTDA - Auto de Infração nº COGEFISEAI/00141534**, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC nº 07/2018, de 10 de janeiro de 2018, tendo em vista manifestação intempestiva, **DEIXA-SE** de processar o recurso.

**PROCESSO Nº E-07/502405/2010 - Viação União LTDA - Auto de Infração nº COGEFISEAI/00136987**, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC nº 06/2018, de 09 de janeiro de 2018, tendo em vista manifestação intempestiva, **DEIXA-SE** de processar o recurso.

**PROCESSO Nº E-07/002.9243/2014 - Sousa Rodrigues Pedras Decorativas LTDA - Auto de Infração nº SUPSEPEAI/00141972**, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC nº 03/2018, de 08 de janeiro de 2018, tendo em vista manifestação intempestiva, **DEIXA-SE** de processar o recurso.

**PROCESSO Nº E-07/002.10153/2015 - West Point Car Posto de Abastecimento LTDA - Auto de Infração nº SUPSEPEAI/00144591**, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VII, da ATA 266ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GTA Nº 72/2017, de 06 de novembro de 2017, tendo em vista manifestação preclusão do direito, **DEIXA-SE** de processar o recurso.

**PROCESSO Nº E-07/002.45101/2013 - Flaviano dos Santos Fernandes - Auto de Infração nº COGEFISEAI/00144546**, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VII, da ATA 266ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC Nº 14/2017, de 12 de janeiro de 2018, tendo em vista manifestação preclusão do direito, **DEIXA-SE** de processar o recurso.

DIRETORIA DE PÓS LICENÇA  
DESPACHOS DO DIRETOR  
DE 05.02.2018

**PROC. Nº E-07/002.5715/17 - DEFIRO PARCIALMENTE** a impugnação apresentada pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A, **CONVERTO** em aditamento a multa aplicada, através do Auto de Infração nº COGEFISEAI/00148392; **RECUSO** a solicitação de apresentação de prova complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 125/132.

DE 07.02.2018

**PROC. Nº E-07/002.0948/15 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela Empresa Indústria de Café Sato de Pádua LTDA., em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 26/29.

**PROC. Nº E-07/002.0638/15 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela Empresa F.A. Rangel Barreto, em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 29/32.

**PROC. Nº E-07/002.13530/13 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Magé, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 44/47.

**PROC. Nº E-07/002.13749/14 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela Empresa Malva Defensivos e Equipamentos Filo e Domissantários LTDA., em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 47/50.

**PROC. Nº E-07/002.11498/14 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela Empresa Santa Rita Locações de Equipamentos para Construção Civil LTDA., em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, através do parecer constante às fls. 52/55.

DE 08.02.2018

**PROC. Nº E-07/502.014/10 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Triflo Logística LTDA., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 78/86.

**PROC. Nº E-07/503.277/11 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Triunfo Operadora Portuária LTDA., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 88/94.

**PROC. Nº E-07/506.700/11 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Triflo Logística LTDA., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 75/79.

**PROC. Nº E-07/002.17970/13 - DEIXO DE CONHECER** a impugnação apresentada pela empresa Complexo de Entretenimento e Lazer Privilege Angra LTDA., em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 83/86.

## ANEXO I - PLANO ABC-RJ

## 1. Introdução

O marco regulatório referente à Mudança do Clima no Brasil aconteceu em 2009 por meio da Política Nacional sobre Mudança do Clima, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010. Para auxiliar no alcance das metas de redução de emissões de GEE, a lei estabeleceu ainda, o desenvolvimento de planos setoriais de mitigação e adaptação nos âmbitos local, regional e nacional.

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC é um dos planos setoriais vinculados à política, com vigência de 2010 a 2020.

O Plano ABC contribui para o desafio do Brasil em mudar as características do setor agropecuário, adequando-o com uma nova visão social, econômica e de baixa emissão de carbono, após o Governo brasileiro assumir o compromisso, na COP 15, de redução da emissão dos gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9%, até o ano de 2020.

O Plano ABC tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis no setor agropecuário. Está estruturado em sete programas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais e Adaptação às Mudanças Climáticas.

**PROC. Nº E-07/002.4500/13 - DEFIRO PARCIALMENTE** a impugnação apresentada por José Domingos Pires Neto, **CONVERTO** em aditamento a multa aplicada através do Auto de Infração nº COGEFISEAI/00143425, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 37/45.

**PROC. Nº E-07/002.4486/13 - INDEFIRO** a impugnação apresentada por José Valdir Correa, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 56/61.

DE 22.02.2018

**PROC. Nº E-07/510.091/10 - ANULO** a decisão constante em fls. 50 do processo E-07/510.091/10, publicada no D.O. de 10/09/12, em consonância com o disposto na Súmula nº 473 do STF, e **INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Locant Ltda. Com. E Serviços LT-DA., mantendo a sanção descrita no Auto de Infração nº SUPBIEAI/00134292; **RECUSO** a solicitação de apresentação de prova complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 91/100.

DE 28.02.2018

**PROC. Nº E-07/510.824/11 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Vale do Café Auto Posto Ltda., **CONVALIDO** o Auto de Infração nº SUPBIEAI/00136022, o qual passa conter no campo hora o seguinte: entre 10:15 e 17:20; **RECUSO** a solicitação de prova complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 97/106.

**PROC. Nº E-07/503.733/12 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Carrefour Comércio e Indústria LTDA., mantendo a multa aplicada através do Auto de Infração COGEFISEAI/00143123; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 115/120.

**PROC. Nº E-07/002.1444/15 - INDEFIRO** a impugnação apresentada pela Empresa Auto Posto Rio Bonito LTDA., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 34/77.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
DESPACHOS DA DIRETORIA  
DE 31.01.2018

**PROCESSO Nº E-07/51183/2012 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença de Operação, em nome de TRANS TURISMO RIO MI-NHO LTDA., com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença de Operação e Recuperação nº 01/2018 - GELIN (fls. 443 e 444), que informa o não atendimento à notificação GELINOT/01081470, para encaminhamento de documentação fundamental à análise do processo e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/002.8138/2015 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em nome de PROCOMET ENGENHARIA LTDA., com base no Parecer Técnico nº 018/2017/DIR-AM (fls. 131) que informa que o empreendimento requereu Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos pelo processo nº PD-07/014.10/2017 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/002.12633/2013 - INDEFERIMENTO** do requerimento de renovação de Licença de Operação, em nome de MICRO-FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença de Operação nº 156/17 (fls. 57 às 59) que informa que o empreendimento está com suas atividades paralisadas e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/504354/2011 - INDEFERIMENTO** do requerimento de demarcação da Faixa Marginal de Proteção - FMP, em nome de MINERAÇÃO SPAR LTDA., com base no Parecer Técnico da GELIRH nº 007/2018/SEFAM (fls. 28 e 29) que informa a respeito da desnecessidade do requerimento uma vez que a área em questão não está inserida na FMP de qualquer corpo hídrico e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/150204/2008 - INDEFERIMENTO** do requerimento de demarcação de Faixa Marginal de Proteção, em nome de ADHEMAR DURO, com base no Parecer Técnico nº 375/2017/SEFAM (fls. 55 às 57) que informa o não atendimento à notificação SEFAMINOT/01075169 (fls. 53 e 54) para encaminhamento de documentação necessária à análise do processo e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/202907/2006 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença de Operação, em nome de COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE MATERIAIS PLÁSTICOS E RESÍDUOS LTDA., com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença nº GELRAC/SELART-LO 411/2017 (fls. 95) que informa que o empreendimento não opera mais no endereço mencionado e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/002.12768/2013 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença Ambiental Simplificada, em nome de IATE CLUBE ILHA DA MADEIRA, com base no Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada nº 01/2018 - GELANI (fls.71as74), que informa o não atendimento à notificação GELANINOT/01078976, para encaminhamento de documentação necessária à análise do processo e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/203393/2005 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença de Operação, em nome de CIPEX COMPANHIA INDUSTRIAL DE POLÍMERO E EXPLOSIVOS, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença de Operação GELIN nº 154/17 (fls. 124 às 128), que informa que o empreendimento está sendo licenciado sob nova razão social e CNPJ pelo processo nº E-07/203.392/2005 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DE 22.02.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.4537/2015 - CANCELAMENTO** da Licença de Operação nº IN031560, em nome de CONSORCIO AG-GDK - MPE, para transporte rodoviário de resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial, gerados em seus próprios canteiro de obra licenciados e posterior arquivamento dando baixa no sistema INEA, conforme a solicitação do requerente, de fls. 128, bem como o despacho da SE-RURB/GELSAE, de fls.130, e com base nos autos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/203112/2005 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Averbação para prorrogação de prazo de LO, em nome de FLÁVIO DOS SANTOS GUIMARÃES, com base no Parecer de Indeferimento n.º GELRAM-PT-0121/2017 (fls.83), que relata o requerimento intempestivo da renovação da LO n.º IN02166 (emitida em 13/07/2010) e nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DE 02.03.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.8244/2015 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença de Operação - LO nº IN033444, em nome de COUTI TRANSPORTES LTDA. - ME, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Averbação de Licença de Operação nº GELRAC/SELART-LO-003/18 (fls. 138), que informa o não atendimento à notificação nº SELARTNO/01080629 e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos do processo em referência.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO  
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
DESPACHOS DA GERENTE  
DE 02.03.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.01677/2018 - FIXADOS**, a partir de 01/03/2018, os proventos mensais de inatividade do servidor CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701599-9, Id Funcional 2147667-5.

**PROCESSO Nº E-07/002.00963/2018 - FIXADOS**, a partir de 01/03/2018, os proventos mensais de inatividade do servidor FÁBIO GOMES, Técnico Ambiental, matrícula nº 2701554-4, Id Funcional 2146354-9.

**PROCESSO Nº E-07/002.00342/2018 - FIXADOS**, a partir de 01/03/2018, os proventos mensais de inatividade do servidor FRANCISCO DE ASSIS SILVA, Técnico Administrativo, matrícula nº 160-2, Id Funcional 3214526-8.

**PROCESSO Nº E-07/002.00991/2018 - FIXADOS**, a partir de 01/03/2018, os proventos mensais de inatividade do servidor NELSON CONCEIÇÃO FILHO, Ajudante Operacional, matrícula nº 157-8, Id Funcional 2690955-3.

Id: 2090910

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 09/01/2018

**DESIGNA LINDERLEY LEMOS DE ABREU**, Técnico Eletromecânica II, como Presidente, ROBERTO PORTO CARDOSO, Engenheiro B, CARLOS HENRIQUE MARQUES, Agente de Saneamento C, como membros titulares e JOSE SERGIO MEIRELES COSTA, Agente de Saneamento I, como membro suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA, ANTONES, Agente de Saneamento D e ADILSON FERREIRA BORGES, Analista de qualidade B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "ES-TUDO DE CURTO-CIRCUITO, PROTEÇÃO DO COMPLEXO DA ETA GUANDU E DA ELEVATORIA DO LAMEIRO", de que trata o Processo nº E-17/100.031/2014, Ordem de Serviço "E" nº 14.979/2018.

Id: 2089975

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## ATO DO SECRETÁRIO

## RESOLUÇÃO SEAPPA Nº 14 DE 05 DE MARÇO DE 2018

**TORNA PÚBLICO O PLANO ESTADUAL DE MITIGAÇÃO E DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PLANO ABC-RJ.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no art. 5º do Decreto nº 45.892, de 18 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Tornar público, na forma dos Anexos, o Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - Plano ABC-RJ, elaborado no período de maio de 2017 a fevereiro de 2018, pelo Grupo Gestor instituído pelo art. 2º do Decreto nº 45.892/2017.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 05 de março de 2018

JAIR SIQUEIRA BITTENCOURT JUNIOR  
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária,  
Pesca e Abastecimento

O quadro 1 apresenta os compromissos e o potencial de redução de emissões de GEE de cada programa.

Quadro 1 - Programas, compromisso nacional e potencial de mitigação de emissão de GEE (milhões de Mg CO<sub>2</sub>eq)

Programas	Compromisso nacional (2010-2020)	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO <sub>2</sub> eq)
Recuperação de pastagens degradadas¹	15 milhões ha	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta²	4,0 milhões ha	18 a 22
Sistema Plantio Direto	8,0 milhões ha	16 a 20
Fixação Biológica do Nitrogênio	5,5 milhões ha	10
Florestas Plantadas³	3,0 milhões ha	8 a 10
Tratamento de Dejetos Animais	4,4 milhões de ton. de dejetos animais	6,9
Total	-	133,9 a 162,9

Fonte: Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

Notas: ¹por meio do manejo adequado e adubação ² incluindo Sistemas Agroflorestais (SAFs) ³ Não está computado o compromisso brasileiro relativo ao setor da siderurgia; e, não foi contabilizado nos totais o potencial de mitigação de emissão de GEE.

Além desses compromissos, o Brasil na sua contribuição ao Acordo de Paris em 2015 reiterou o Plano ABC como a principal estratégia para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Nesse sentido, considerou como ação a restauração de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e ampliação em 5 milhões de hectares do Sistema Integrado Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF) em 2030.



O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº CGOFEISEAI/00149557, emitido com a sanção de ADVERTÊNCIA, em 18/12/2017, com enquadramento no artigo 76 e 87 da mesma Lei, Processo nº E-07/002.9294/2016.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Khal Indústria e Comércio de Condimentos LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 15.285.061/0001-10. **ENDEREÇO:** Rua Kalline, sn Lote 17 Plan C, Quadra 52 - Japeri - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, nº 110, sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº CGOFEISEAI/00149132, emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 2.037,50 em 16/10/2017, com enquadramento no artigo 76, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.52/2015.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Claudomiro Castro dos Santos. **CNPJ/CPF Nº:** 452.002.467-68. **ENDEREÇO:** Rua Benita Pereira, nº 56 - São Gonçalo - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, 110 sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº CGOFEISEAI/00149620, emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 13.272,29 em 02/01/2018, com enquadramento no artigo 64, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.13251/2017.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Jose Dias Mattos. **CNPJ/CPF Nº:** 852.139.507-47. **ENDEREÇO:** Il. 20, quadra D, Loteamento Marinas do Canal - Cabo Frio - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, 110 sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº CGOFEISEAI/00149571, emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 3.000,00 em 18/12/2017, com enquadramento no artigo 31, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.1505/2016.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Elivelton Leal Carmelino. **CNPJ/CPF Nº:** 109.037.117-96. **ENDEREÇO:** Rua Padre Jose Policarpo, nº 07 - Itaipava - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer ao INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venâncio, 110 sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2090008

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE****AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149706**

**NOME:** F. Brilhante Aluguel de Embarcações. **CNPJ/CPF Nº:** 02.706.282/0001-72. **ENDEREÇO:** Rua João Cruz Neto, 80. **MUNICÍPIO:** Itaguaí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 2.266,66. **PROCESSO:** Nº E-07/002.820/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149431**

**NOME:** Rm2 Comércio de Madeiras LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 73.577.930/0001-23. **ENDEREÇO:** Rua Amaral Peixoto, km 20 n 20000. **MUNICÍPIO:** Maricá - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.669,86. **PROCESSO:** Nº E-07/002.16428/2014.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149714**

**NOME:** Petróbras Transporte S/A - Transpetro. **CNPJ/CPF Nº:** 02.709.449/0005-82. **ENDEREÇO:** Ilha D'Água. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 96 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 62.282,02. **PROCESSO:** Nº E-07/002.36/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149698**

**NOME:** Superbraco Serviços Marítimos LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 10.212.865/0001-12. **ENDEREÇO:** Estrada Canal de São Francisco, 3000. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 e 81 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 6.357,33. **PROCESSO:** Nº E-07/002.115/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149441**

**NOME:** Novo Gramacho Energia Ambiental S/A. **CNPJ/CPF Nº:** 08.719.772/0002-70. **ENDEREÇO:** Avenida Monte Castelo, nº 1760. **MUNICÍPIO:** Duque de Caxias - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 6.508,20. **PROCESSO:** Nº E-07/002.3588/2016.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149665**

**NOME:** M T R Madalena Tratamento de Resíduos Urbanos LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 07.728.032/0001-57. **ENDEREÇO:** Estrada Genílio Vilar Barbosa, sn. **MUNICÍPIO:** Santa Maria Madalena - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 § 1º V da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO:** Nº E-07/002.656/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149448**

**NOME:** Novo Gramacho Energia Ambiental S/A. **CNPJ/CPF Nº:** 08.719.772/0002-70. **ENDEREÇO:** Avenida Monte Castelo, nº 1760. **MUNICÍPIO:** Duque de Caxias - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 81 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 394.344,75. **PROCESSO:** Nº E-07/002.3980/2016.

Id: 2090011

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 116/2017 (DG). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SOFTEXPERT SOFTWARE S.A. **OBJETO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUPORTE/SLA E MIGRAÇÃO DO SE SUÍTE 1.3 PARA AS SOLUÇÕES SOFTEXPERT SUÍTE ADQUIRIDAS PELA CEDAE. **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 94.336,68 (noventa e quatro mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 28/02/2018. **FUNDAMENTO:** Processo Nº E-07/100.631/2017 (Inexigibilidade de Licitação nº 032/2017 - DG).

Id: 2089956

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE****COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 022/2018 (DG). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ELETTRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLIS - EPP.

**OBJETO:** "ESTUDO DE CURTO - CIRCUITO, SELETIVIDADE, CALIBRAÇÃO E AJUSTES DOS RELES DE PROTEÇÃO DO COMPLEXO DA ETA GUANDU E DA ELEVATORIA DO LAMEIRÃO". **PRazo:** 90 (noventa) dias. **VALOR:** R\$ 884.070,90 (oitocentos e oitenta e quatro mil setenta e oito reais e noventa centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 28/02/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.031/2014 (Tomada de Preços nº 101/2017).

Id: 2089876

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE TERMO**

**INSTRUMENTO:** Termo nº 005/2018 de Ajuste de Contas e Quitação. **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. **OBJETO:** Promover o ajuste de contas entre as partes, possibilitando o pagamento dos "SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS À TARIFAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO" prestados pelo BANCO MERCANTIL, sem cobertura contratual válida, durante o período de abril de 2014, janeiro e fevereiro de 2017. **PRazo:** Sem prazo. **VALOR:** R\$ 2.218,50 (dois mil duzentos e dezotois reais e cinquenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 01/03/2018. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-07/701.255/2003.

Id: 2089808

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE****COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE****COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 0001/2018/247100-01. **OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE RETROSCAVADEIRA COM OPERADOR E CAMINHÃO TRUCADO COM PLATAFORMA COM MOTORISTA - itens 1 e 2. **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e UNISERVICE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI. **CNPJ nº:** 03.555.382/0001-08. **PRazo:** 12 (doze) meses contados a partir desta publicação. **DATA DE ASSINATURA:** 02/03/2018.

**FUNDAMENTO:** Pregão Eletrônico PERP05/17 - Processo nº E-07/100.395/2017.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a TABELA DE ITENS da Ata de Registro de Preços nº 0001/2018/247100-01 encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.cedae.com.br/registrodeprecos](http://www.cedae.com.br/registrodeprecos), bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

Id: 2089931

**Secretaria de Estado de Cultura****ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES**  
**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****EXTRATOS DE TERMOS**

**"INSTRUMENTO:** TPUT, com ônus, nº 18/01/2018. **PARTE:** FUNARJ e MARGA FREDERICO DE LYRA VAZ. **OBJETO:** Permissão de uso e utilização, a título precário do Teatro Gláucio Gil, para a realização do curso livre "CURSO LIVRE DE TEATRO PARA CRIANÇAS". **DATA DA ASSINATURA:** 11/01/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002.1052/2017. **"Omitido no D.O. de 31/01/2018.**

**"INSTRUMENTO:** TPUT, com ônus, nº 18/03/2018. **PARTE:** FUNARJ e KBMK EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA-ME. **OBJETO:** Permissão de uso e utilização, a título precário do Teatro Gláucio Gil, para a realização do espetáculo "PARADIGMA". **DATA DA ASSINATURA:** 06/02/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002.033/2018. **"Omitido no D.O. de 26/02/2018.**

**"INSTRUMENTO:** Termo de Autorização de Uso nº 18/008/2018. **PARTE:** FUNARJ e GULLANE ENTRETENIMENTO S/A. **OBJETO:** Obediendo o art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/98, autoriza a reprodução das imagens de 11 fotografias do acervo BANERJ bibliográfico "Tempo de Guerra" com a seguinte numeração 4995, 4989, 5030, 5020, 4994, 4930, 5004, 4998, 4993 e 4990, todos do acervo do MHAERJ. **DATA DA ASSINATURA:** 06/10/2017. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/002.858/2017. **"Omitido no D.O. de 26/10/2017.**

Id: 2090023

# TODA VÍTIMA DO TRÂNSITO TEM DIREITO AO SEGURO DPVAT.

O DPVAT é um seguro, recolhido junto com o IPVA, que indeniza toda vítima do trânsito. O DPVAT protege o motorista, o passageiro e o pedestre.

**Veja, passo-a-passo, como receber o DPVAT:**

**1- Verifique o tipo de indenização a ser solicitada.**

O DPVAT indeniza casos de morte, invalidez permanente e reembolso despesas médico-hospitalares. Veja qual é o seu caso para saber que tipo de documentação necessita.

**3- Apresente os documentos na rede de seguradoras DPVAT.**

Através do link "Seguro DPVAT", é possível verificar a lista completa de rede de seguradoras DPVAT. Escolha a que lhe for mais conveniente e leve sua documentação até ela. As seguradoras são as responsáveis por garantir o pagamento das indenizações e esclarecer dúvidas.

**2- Tenha em mãos a documentação completa.**

A documentação varia conforme o tipo de indenização solicitada, por morte, invalidez permanente ou reembolso de despesas médico-hospitalares. Acesse [www.detrans.rj.gov.br](http://www.detrans.rj.gov.br) e clique no link "Seguro DPVAT". Nela, você encontrará a lista completa de todos os documentos que precisa para dar entrada nos diferentes tipos de indenização.

**4- Fique atento ao prazo para entrar com o pedido.**

O prazo para dar entrada no pedido de indenização do Seguro DPVAT passou a ser de 3 anos, a contar da data que ocorreu o acidente. Nos casos envolvendo invalidez, em que o acidentado esteja ou ainda esteja em tratamento, o prazo levava em conta a data do laudo conclusivo do IML.

**Veja a cobertura do DPVAT:**

Em caso de morte

**R\$ 13.500,00**

Em caso de invalidez permanente até

**R\$ 13.500,00**

Em caso de reembolso médico-hospitalar até

**R\$ 2.700,00**

Você receberá a indenização por meio de depósito bancário em conta corrente ou conta poupança de sua titularidade, vítima ou beneficiário.

**ATENÇÃO:**

**Você mesmo dá entrada no pedido de indenização. Não há necessidade de intermediários.**

Saiba mais:

[www.detrans.rj.gov.br](http://www.detrans.rj.gov.br)  
ou 0800 020 4042.



**DETRAN**  
Com você pela vida.